



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

**VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS
SUBTERRÂNEAS- CTAS**

1 A vigésima terceira reunião ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas- CTAS
2 teve lugar na SEMA, 15º andar, auditório, Av. Borges de Medeiros, 261 - Centro Histórico
3 - Porto Alegre, no dia 29 de julho de 2016, às dez horas. Membros Presentes: Comitê
4 Turvo-Sta Rosa-Sto Cristo: Claucia Kapper; Comitê Mampituba: Jeferson Silveira; Comitê
5 Taquari-Antas: Tiago de Vargas; Secretaria da Saúde: Luís Feijó; SEMA: Rejane de
6 Abreu e Silva e Glaucus Vinícius Biasetto Ribeiro. Demais presentes: Fernando Meirelles
7 – DRH/SEMA; Luciana Schneider: Associação dos Perfuradores RS; Gustavo Athayde:
8 IPH/UFRGS; Marcos Leão: IPH/UFRGS; José Pedro Rebés Lima: UNIPAMPA; Claudio
9 Oliveira: ABAS; Marcos Alexandre Freitas: CPRM; Marcelo Goffermann: CPRM
10 Ausentes: Comitê Ijuí; Comitê Ibicuí; Comitê Camaquã; Comitê Litoral Médio; Comitê Cai;
11 Comitê Gravataí; Secretaria da Saúde; SOP; Comando Ambiental BM. Ausência
12 Justificada: Comitê Camaquã; Comitê Tramandaí. O presidente Tiago de Vargas,
13 cumprimentando a todos, abriu os trabalhos às 10h00min horas do dia 29/07/2016. O Sr.
14 Fernando Meirelles pergunta aos presentes se é possível criar regras para elaboração de
15 um Termo de Referência para Poços Tubulares de diâmetros inferior a 4 polegadas, e se
16 deve ter um responsável técnico, a empresa registro no CREA. (Engº Luis Sérgio Feijó)
17 diz que procurou TR similar em pelo menos uns 7 ou 8 estados do Brasil e não encontrou
18 nada; normalmente se encontra na legislação de 4 polegadas pra cima; Claudio diz que
19 vendo a realidade de muitos locais, não só na região urbana, mas também na região
20 rural, o pessoal não tem recurso para contratar um poço como manda a norma. Fernando
21 comenta que se os presentes na reunião disserem que não é possível elabora o TR, o
22 DRH irá articular com o SDR, mas se disserem que é possível o DRH terá que conseguir
23 financiamento e falar com o BRDE. Claudio diz que o problema maior é a contaminação;
24 é o poço servir como vetor; se o poço estiver com um bom selo terá contaminação;
25 Fernando pergunta qual é o mínimo de segurança que é necessário para evitar
26 contaminação do aquífero Claudio informa que o poço tendo selo está bom; Luciana Diz
27 que se os poços existentes poderiam ser regularizados se estiverem bem construídos e
28 com profissional se responsabilizando Tiago pergunta como que o profissional vai saber
29 se poço foi bem construído; Fernando questiona como o Batalhão Ambiental BM vai
30 saber que o poço foi bem feito; Claudio informa que só tem uma forma de averiguar, que
31 é através da análise de água; se ela estiver com problema, deve fechar o poço; a análise
32 pode ser direcionada: nitratos, análise bacteriológica, Luciana complementa citando a
33 análise de óleos; (Membro) entende que o primeiro passo deve ser a empresa se
34 registrar no CREA, como responsável técnico; em segundo lugar: quando for construir o
35 poço vai ter que ter um projeto e o geólogo terá que assinar; Fernando diz que o DRH
36 tem que seguir uma resolução; hoje seguimos a norma das 4 polegadas; então temos
37 que levar para o Conselho uma resolução para inserir os poços com diâmetros inferiores
38 a 4 polegadas; (Membro) entende que um projeto de poço deverá ter um selo sanitário;
39 Fernando informa que o usuário doméstico está dispensado da outorga, desde que seja o
40 uso da água para as necessidades básicas da vida; Rejane esclarece no SIOUT, ainda
41 não entrou a dispensa de outorga; hoje, se alguém solicita dispensa de outorga quando
42 vai construir poço tubular, o DRH pede documentos para dar dispensa de outorga, como
43 o teste de vazão, mas deveria solicitar também a análise físico-química; Rejane ainda
44 informa que o cadastro é o levantamento da demanda que se tem, o cadastro por si só
45 não autoriza nada; o cadastro contabiliza o uso, mas não autoriza nada; o DRH ainda não
46 entrou na discussão de como vai ser a dispensa de outorga pelo SIOUT; Fernando
47 comunica que aqueles poços mal construídos e que possuem água contaminada não
48 serão regularizados, serão cadastrados, e será solicitado o tamponamento; Fernando diz
49 que o DRH possui parceria com o Batalhão Ambiental (600 homens para auxiliar na
50 fiscalização), com o MP e com a CORSAN; Gustavo diz que é viável encontrar a maior
51 parte dos poços irregulares se forem observados os aglomerados e relacionar com a não
52
53



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

54 existência de redes água; Fernando diz que se pode começar um trabalho desses sem
55 termos claro dentro do sistema do CRH/DRH, o que se pode fazer e não se pode fazer; a
56 questão da análise de qualidade da água, pode ser auxiliada pelo Vigi-água; é possível
57 fazer regionalmente essa análise da água e dizer, se o aquífero está contaminado;
58 Claudio comenta que o CREA é figura importantíssima, e poderia contribuir com ideias
59 novas; (Membro) sugere que os poços de ponteira sejam inseridos dentro deste termo
60 que será elaborado. Fernando comenta que será necessário diferenciar no TR poço de
61 pequeno diâmetro escavado pelo processo de hidrojateamento de poço de pequeno
62 diâmetro escavado por rotativo; não deixar dúvida nesta nomenclatura; Tiago pergunta se
63 todos concordam em criar um GT, para discutir este assunto; Todos os presentes
64 concordaram e se dispuseram a participar do GT. Tiago informa que ficou formado o
65 grupo de trabalho, e a primeira reunião agendada para o dia 12 de agosto, às 10:00
66 horas; Tiago informa que Sr. Fernando Meirelles vai falar da resolução; Fernando diz que
67 irão tentar mostrar o módulo de homologação do SIOUT, e que a Universidade de Lavras
68 não fechou ainda; mas antes de entrar neste assunto, Fernando apresenta a Resolução
69 CRH encaminhada pelo CRH para parecer da CTAS. A resolução que é uma proposta do
70 DRH está apresentando para o CRH, e que foi pedido para passar pela Câmara Técnica;
71 Informa que esta Resolução concede prazo de um ano para regularização da captação
72 de água subterrânea por poços, mediante cadastro no Sistema de Outorga de Água do
73 Rio Grande do Sul – SIOUT. Fernando diz que esta Resolução atinge a área rural.
74 (Membro) questiona dois pontos, (1º) o pequeno produtor não terá condições de fazer
75 teste de bombeamento, etc e tal, (2º) não vai ter acesso a internet, online; -Fernando
76 responde que a FETAG está com o DRH no processo inteiro, então é ela vai dizer se os
77 produtores terão condições de fazer teste de bombeamento e qualidade da água; não
78 trabalhamos isolados das federações, então a criamos e discutimos com as federações e
79 depois se vê a estratégia para resolver; então o pequeno produtor estará logado através
80 da FETAG; a FETAG assumiu o compromisso frente ao governo do estado, dessa parte
81 da informática ela o sindicato do trabalhador rural resolvem. A CTAS aprova a Resolução
82 apresentada pelo Sr. Fernando. Não foi possível demonstrar o SIOUT por falta de acesso
83 via internet. Fernando informa que o SIOUT estará disponível a partir do dia 5 de agosto.
84 O Presidente da CTAS encerrou a reunião às 13 horas e 13 minutos, e Tiago de Vargas
85 foi o relator.